



HOSPITAL GERAL DE ITAPEVI

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO
DE
2021

ÍNDICE

	Página(s)
Balanco Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração do Patrimônio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 17



BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em Reais)

ATIVO	Notas	2021
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.594.404,57
Adiantamentos a Fornecedores		10.173,96
Adiantamentos a Empregados	5	74.244,68
Estoques	6	2.244.734,07
		5.923.557,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	7	684,55
		684,55
TOTAL DO ATIVO		5.924.241,83
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores		5.311.112,23
Obrigações Trabalhistas	8	2.935.307,98
Obrigações Sociais e Fiscais	9	1.466.252,55
Contas a Pagar		278.697,09
Provisões para Férias e Encargos	10	5.050.353,09
Provisões para Contingências	11	2.588.342,67
		17.630.065,61
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Bens Públicos em nosso poder	12	684,55
		684,55
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		
Dotação Inicial	13	(12.662.415,68)
Superávit do Exercício		955.907,35
		(11.706.508,33)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.924.241,83

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em Reais)

	Notas	2021
RECEITAS LÍQUIDAS	14	9.997.417,93
Contrato de Gestão nº 2021/32581	15	9.998.102,48
Realização de Bens Públicos em nosso poder		5,75
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado		(690,30)
CUSTOS		(8.578.832,69)
Pessoal e Reflexos	17	(4.951.215,62)
Serviços Terceirizados	18	(1.925.763,24)
Medicamentos e Materiais de Consumo	19	(1.701.853,83)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	24	(1.000.963,75)
(-) Isenção da CPP Usufruída	24	1.000.963,75
(=) RESULTADO BRUTO		1.418.585,24
DESPESAS		(489.244,30)
Impostos, Taxas e Contribuições		(249,90)
Despesas Gerais	20	(488.994,40)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		20.180,39
Receitas com Doações		2.251,74
Outras Receitas		17.928,65
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		949.521,33
RESULTADO FINANCEIRO	16	6.386,02
Receitas Financeiras		6.497,52
Despesas Financeiras		(111,50)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		955.907,35

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em Reais)

	Dotação Inicial	Superávit	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de dezembro de 2021	-	-	-
Dotação Inicial	(12.662.415,68)	-	(12.662.415,68)
Superávit do Exercício	-	955.907,35	955.907,35
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(12.662.415,68)	955.907,35	(11.706.508,33)

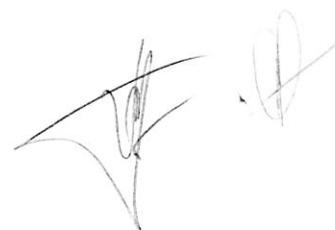
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em Reais)

	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Superávit do Exercício	955.907,35
Dotação Inicial	(12.662.415,68)
(Aumento) ou Redução do Ativo	
Adiantamentos a Fornecedores	(10.173,96)
Adiantamentos a Empregados	(74.244,68)
Estoques	(2.244.734,07)
Aumento ou (Redução) do Passivo	
Fornecedores	5.311.112,23
Obrigações Trabalhistas	2.935.307,98
Obrigações Sociais e Fiscais	1.466.252,55
Provisões para Férias e Encargos	5.050.353,09
Provisões para Contingências	2.588.342,67
Outras Obrigações	278.697,09
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	3.594.404,57
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de Imobilizado pertencente à Gestão Pública	(690,30)
Caixa Líquido consumindo nas Atividades de Investimento	(690,30)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Recebimento de numerário para aquisição de Imobilizado	690,30
Caixa Líquido consumindo nas Atividades de Financiamento	690,30
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	3.594.404,57
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
Disponibilidade no início do Exercício	-
Disponibilidade no final do Exercício	3.594.404,57
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	3.594.404,57

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83.

O **CEJAM** qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão – Processo SES-PRC-2021/32581, firmado com a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** em 30 de novembro de 2021, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do **Hospital Geral de Itapevi** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde.

O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 5 (cinco) anos, iniciando-se em 01/12/2021.

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** repassará ao **CEJAM** o montante global estimado de R\$ 599.886.148,80.

Para o exercício de 2021, o montante repassado foi de R\$ 9.998.102,48. Para o exercício de 2022, o montante a ser repassado será de R\$ 119.977.229,76.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.



2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021.



3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. Excepcionalmente para o exercício de 2021, em 01 de dezembro de 2021, foram considerados ajustes ao inventário físico o saldo de estoque transferido do antigo gestor para o CEJAM.

3.c) Imobilizado (quando aplicável):

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2020. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos;
 - Veículos: 5 anos.

3.d) Intangível (quando aplicável):

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.



3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.g) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.i) Despesas:

As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.



3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

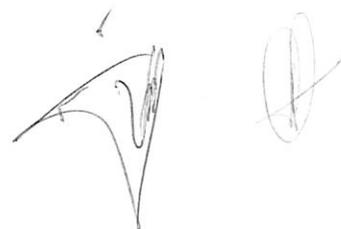
	2021
BANCOS – CONTA MOVIMENTO	
Banco do Brasil S.A.	3.594.404,57
	3.594.404,57

5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

	2021
Adiantamentos de Férias	74.244,68
	74.244,68

6. ESTOQUES

	2021
Dietas Parenterais	65,03
Nutrição Enteral	50.448,57
Materiais de Laboratório	43.940,63
Medicamentos	939.590,03
Material Médico Hospitalar	717.650,42
Materiais de Expediente e Escritório	64.793,54
Materiais de Manutenção	166.709,37
Materiais de Informática	2.159,16
Materiais de Limpeza	38.195,52
Materiais de EPI	30.964,76
Materiais Cirurgicos	22.638,30
Gêneros Alimentícios	71.922,60
Uniformes e Rouparias	59.338,98
Utensílios Diversos	32.989,32
Outros Créditos de Mat/Med	3.327,84
	2.244.734,07



7. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2021
Móveis e Utensílios	10%	690,30
(-) Depreciação Acumulada		(5,75)
		684,55

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e o Governo do Estado de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade do Governo Estadual.

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2021
Salários a Pagar	2.931.155,39
Pensão Alimentícia a Pagar	280,70
Rescisões a Pagar	3.871,89
	2.935.307,98

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2021
INSS sobre Salários a Recolher	277.854,27
FGTS a Recolher	444.554,11
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher	5.867,95
IRRF sobre Salários a Recolher	447.603,41
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	25.895,85
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	220.249,90
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	9.747,30
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	34.479,76
	1.466.252,55

10. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2021
Provisão para Férias	4.677.311,37
Provisão para FGTS sobre Férias	373.041,72
	5.050.353,09



11. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2021
Provisão para Contingências Cíveis	1.096.240,57
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.492.102,10
	2.588.342,67

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

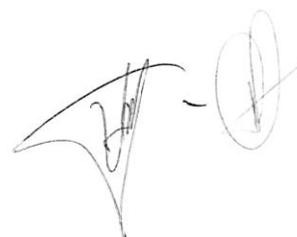
A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

12. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 684,55 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.



13. DOTAÇÃO INICIAL

Em 01 de dezembro de 2021, foi registrado como dotação inicial o montante de R\$ 12.662.415,68, decorrentes de saldos recebidos na transição das operações do gestor anterior para o CEJAM, sendo esta importância registrada em suas contas de origem como entrada de saldo em contrapartida da conta de Dotação Inicial, da seguinte forma:

DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA	DOTAÇÃO INICIAL
Adiantamentos a Empregados	1.398.133,13
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	3.327,84
Estoques	2.920.284,71
Benefícios	40.680,60
Fornecedores	(5.517.310,93)
Obrigações Sociais	(332.213,14)
Obrigações Fiscais	(573.559,25)
Outras Obrigações	(267.135,08)
Provisões Trabalhistas	(7.733.090,73)
Provisões para Contingências	(2.601.532,83)
	(12.662.415,68)

14. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

15. RECEITA COM CONTRATO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO Nº 2021/32581	2021
Dezembro	9.998.102,48
	9.998.102,48



16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021
Descontos Obtidos	6.497,52
(-) Juros Bancários	(90,60)
(-) Tarifas Bancárias	(20,90)
	6.386,02

17. PESSOAL E REFLEXOS

	2021
Ordenados e Adicionais	3.437.090,60
13º Salários	373.440,58
Férias	499.359,73
Indenizações e Avisos Prévios	15,13
Benefícios	294.068,12
Contribuições ao FGTS	347.241,46
	4.951.215,62

18. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2021
Serviços Assistenciais – Pessoas Jurídicas	1.692.424,00
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	222.687,62
Serviços de Terceiros – Pessoas Físicas	10.651,62
	1.925.763,24

19. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2021
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	1.216.217,01
Materiais de Consumo	381.692,13
Materiais de Conservação	20.333,24
Outros Materiais e Insumos	83.611,45
	1.701.853,83



20. DESPESAS GERAIS

	2021
Contas de Consumo	326.487,54
Aluguéis	142.739,26
Amortizações e Depreciações	5,75
Outras Despesas Gerais	19.761,85
	488.994,40

21. COBERTURAS DE SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

22. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

23. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM, através da Portaria nº 352, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021, edição 66, seção 1, página 184, em consideração ao Parecer Técnico nº 243/2021-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.196436/2015-19/MS, possui o **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)** renovado, com validade pelo período de **30 de novembro de 2015 a 29 de novembro de 2018**.

Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida à entidade a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**.



Em cumprimento à legislação e demais regulamentações vigentes, tempestivamente, em 16 de novembro de 2021 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.167752/2021-13, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que:

"§2º - A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado."

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária.

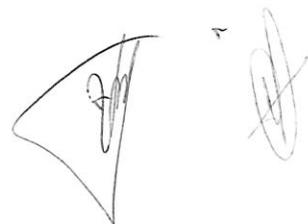
24. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2021 foi de R\$ 1.000.963,75 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2021
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	998.833,43
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	2.130,32
(-) Isenção Usufruída	
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(998.833,43)
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas	(2.130,32)
	0,00

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.167752/2021-13.



25. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Itapevi (SP), 31 de dezembro de 2021.



Valdemir Moreira
Diretor Administrativo



Rubens Costa de Souza
Contador CRC nº 1SP161539/O-5